

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v3n1a2022.5>



Título

Elementos de doutrinação política no cotidiano escolar mediante ações do programa escola sem partido: uma análise sob a ótica foucaultiana

Autores

Joel Souza

Ano de publicação

2022

Referência

SOUZA, Joel. Elementos de doutrinação política no cotidiano escolar mediante ações do programa escola sem partido: uma análise sob a ótica foucaultiana. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, 2022.

Recebimento: 23/12/2021
Aprovação: 27/04/2022

ELEMENTOS DE DOCTRINAÇÃO POLÍTICA NO COTIDIANO ESCOLAR MEDIANTE AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA FOUCAULTIANA

ELEMENTS OF POLITICAL DOCTRINATION IN SCHOOL EVERYDAY THROUGH ACTIONS OF THE SCHOOL WITHOUT PARTY PROGRAM: AN ANALYSIS UNDER FOUCAULTIAN OPTICS

Joel Souza*

Resumo: Este trabalho de pesquisa pretende apresentar subsídios para reflexões na área da educação, sobretudo no que diz respeito ao Programa Escola sem Partido e suas aspirações na concepção de um Projeto de Lei que, apesar de se autodenominar garantidor dos direitos de pais e alunos, prevê na verdade o cerceamento das atividades de professores e demais educadores. Como metodologia de amparo para análise da massa documental coletada, empregou-se os ensinamentos de Bardin; para reflexão das possíveis influências no cotidiano escolar, foram arrolados autores interdisciplinares do porte de Paulo Freire, sobretudo quanto à sua percepção de uma educação libertadora e tendo como centro o pensador Foucault, com suas concepções sociológicas. Como resultado da presente investigação, apurou-se que, caso seja aprovado e sancionado o PL da EsP, tal medida poderá implicar um grande retrocesso nas relações humanas que envolvem o dispositivo escolar com possíveis reflexos negativos no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Doutrinação política. Escola Sem Partido. Foucault.

Abstract: This research work intends to present subsidies for reflections in the area of education, especially with regard to the Escola sem Partido Program and its aspirations in the conception of a Bill that, despite calling itself guarantor of the rights of parents and students, actually

* Pesquisador do PPGAdm da UFSC. Contato: grupojoe@gmail.com

provides for, the restriction of the activities of teachers and other educators. As a support methodology for the analysis of the collected documents, Bardin's teachings were used and for reflection of the possible influences on school daily life, interdisciplinary authors of the size of Paulo Freire were enrolled, especially regarding his perception of a liberating education and having as its center the thinker Foucault with his sociological conceptions. As a result of the present investigation, it was found that if the ESP bill is approved and sanctioned, such a measure could imply a major setback in human relations involving the school device with possible negative effects on the Brazilian educational system.

Keywords: Political indoctrination. School Without Political Party. Foucault.

INTRODUÇÃO

Observam-se na atualidade, via discurso oficial, propostas implícitas de doutrinação da comunidade escolar para uma prática pedagógica voltada à formação de cidadãos com percepção crítica amenizada - quando não, nula - onde temas considerados polêmicos ou inadequados (a exemplo da sexualidade, gênero, entre outros) são - em certa medida - suprimidos do contexto escolar.

De que forma esta nova orientação não velada e, em certos casos evidenciada na realidade dos colégios militares, religiosos e instituições similares profundamente afetadas por hegemonias ideológicas, pode influir sobre as relações neste ambiente onde o conhecimento, sobretudo libertador, segundo os ideais de Paulo Freire, podem estar (ou não) em risco iminente de alienação do indivíduo em formação?

Sob a perspectiva apontada no título deste trabalho, qual seja, "Elementos de doutrinação política no cotidiano escolar mediante ações do programa escola sem partido (EsP): uma análise sob a ótica

foucaultiana”, surge o problema de pesquisa: é possível perceber no discurso e nas práticas políticas sobre educação no âmbito do programa escola sem partido, elementos que corroborem para a doutrinação política no cotidiano escolar?

A relação do tema de pesquisa que se utilizou de reflexões da atualidade sob a ótica de Foucault, com a área das Ciências Humanas (CHs) permite perceber no autor central deste estudo, a essência de um pensador que permeia duas das áreas mais enfáticas das CHs, quais sejam: a sociologia e a filosofia onde sua contribuição sobre política (entre outras) enriquece os anais da produção intelectual em assuntos de grande complexidade e que envolvem a sociedade como um todo. No caso específico desta abordagem temática, o foco como o próprio título do trabalho sugere é o Dispositivo Escolar compreendido enquanto parte integrante do sistema de educação (que compõe as ciências humanas com seus autores centrais).

As relações de “Poder” e a forma como estas imbricam em disciplinarização da comunidade escolar desembocam na necessidade de arrolagem de autores transdisciplinares o que confere caráter abrangente de pensamento das ciências humanas na presente obra, sem perder o foco específico da temática.

Segundo Foucault, onde há relações de poder, há revolta. Tal fato foi claramente percebido quando das ocupações de cerca de 200 escolas na história recente (2015) do Estado de São Paulo – administração Alckmin - que culminaram com a queda do secretário da pasta de educação, após imposição de uma suposta reorganização dos estabelecimentos de ensino que culminaria no fechamento de 93 unidades e transferência de mais de 311.000 alunos.

Neste contexto, percebe-se que tentativas de cerceamento da liberdade de discussão - sobretudo nos espaços escolares - de

conteúdos/temas, entre outras medidas de cunho político no âmbito da gestão escolar, influenciam diretamente na formação do cidadão autônomo que a sociedade demanda.

A justificativa de cunho pessoal para o empreendimento do presente estudo compreende o fato de o autor, enquanto educador, estar particularmente preocupado com o contexto de novas perspectivas para o segmento da educação via debates inflamados na mídia e na esfera política, que incluem a proposta de “uma escola sem partido” e ampliação de colégios militares via convênios com prefeituras e governos estaduais.

O objetivo geral compreendeu perceber por meio da reflexão em Foucault elementos que apontem para o risco da adoção de modelos doutrinadores no escopo do projeto EsP que conduzam à alienação no cotidiano escolar.

Para se chegar ao objetivo geral, serão perpassados os objetivos específicos compostos das iniciativas de se visitar a literatura foucaultiana em educação; reunir elementos que apontem no discurso político atual sobre educação contidos no projeto EsP modelos doutrinadores; verificar os possíveis impactos de tais elementos no cotidiano escolar.

Segundo Lakatos e Marconi (2009), com relação à pesquisa acadêmica podem ser enfatizadas duas dimensões inseparáveis, a contextual e a metodológica. Sendo assim, o método de análise de conteúdo empregado foi o delineado por Bardin (1977) que conceitua tal técnica como sendo um conjunto de procedimentos de análise dos documentos coletados visando obter por artifícios sistemáticos a substância das mensagens contidas nos textos.

A pesquisa científico-acadêmica, de forma ampla, trata de estudos projetados e desenvolvidos em conformidade às normas da

metodologia científica (para sua validade e certificação), sobre um objeto ou uma conjuntura onde para Ander-Egg (*apud* Marconi e Lakatos, 2006), esta se constitui num procedimento reflexivo-sistemático, controlado e crítico, que consiste em elucidar temáticas em várias áreas do conhecimento.

Ainda, conforme pontua Gil (2002), de fato a pesquisa aprimora-se no decorrer de um processo que abarca várias etapas, partindo da formulação do problema até a exposição dos resultados e onde considerando o objetivo, a pesquisa recebe as seguintes classificações: exploratória, descritiva e explicativa.

Neste ponto instituiu-se que a presente investigação está baseada na pesquisa bibliográfica e documental (com análise da produção textual já existente na área), exploratória e qualitativa, onde em afirmação de Sampieri *et al.* (*apud* Révillion, 2003) são realizadas pesquisas exploratórias no intuito de se examinar temas de abordagem relevante para um determinado segmento, neste caso, o segmento educacional. O aspecto qualitativo encontra amparo em Malhotra (2006), pois estaremos analisando aspectos subjetivos no contexto da problemática.

A análise de conteúdo da massa documental selecionada para este estudo se dará em três momentos distintos: a seleção ou pré-análise, a exploração do conteúdo textual do material e a interpretação das informações coletadas com a subsequente transcrição dos resultados obtidos/extraídos.

O *corpus* da investigação se constituiu de coletas de dados distribuídas ao longo das fontes primárias e secundárias de informação disponíveis, ou seja, periódicos científicos, documentos eletrônicos de entidades oficiais, bibliografia especializada, sites institucionais, fóruns

de debates e pesquisa acadêmica, além de outros meios disponíveis e de relevância para o projeto.

Os resultados obtidos proporcionaram perceber que o projeto Esp representa retrocesso nas relações do cotidiano escolar com profundas implicações no cidadão em formação.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Como o próprio Foucault (2001) descreve, a escola como conhecemos atualmente:

[...] é uma instituição moderna, o que significa dizer que educava-se e aprendia-se antes de diferentes maneiras. Foi apenas a partir do fim do século XVIII, com a emergência das sociedades industriais, que o modelo de escola que conhecemos e praticamos hoje, em larga escala, se constituiu. Tratamos de criar uma instituição à imagem e semelhança das fábricas e das prisões: organizar e distribuir no tempo e no espaço os corpos; aplicar a todos o mesmo programa, baseado na disciplina e na domesticação; definir os parâmetros de saída esperados, conferir a qualidade dos produtos no fim do processo, liberar os adequados e reter os desajustados, aplicando-lhes os castigos e as correções que melhor convir; repetir o processo infinitamente, de forma a garantir padronização e escala (FOUCAULT, 2001).

Ainda mais recentemente, Mascarenhas (2018) resume uma mudança neste paradigma pontuando que:

Quando confiou-se o papel de educar a uma instituição disciplinar, nos moldes de uma fábrica industrial, o que aconteceu não foi exatamente uma mudança de concepção quanto ao papel da educação, e sim uma continuidade: as disciplinas vieram para certificar que os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, estandartes da nova ordem social, se submetessem ao

controle social e de classe, garantindo a manutenção das diferenças e dos privilégios sociais e a reprodução da ordem vigente e da moral. No entanto, junto a essa atualização das tecnologias de poder, na virada das sociedades modernas, desenvolveram-se também múltiplas formas de resistência e projetos dedicados a fazer a crítica da instituição escolar, buscando fazê-la contribuir efetivamente com a transformação social e a redução de desigualdades. Um grande número de profissionais e pensadores da educação tratou, sobretudo a partir do século XX, de denunciar essa permissividade silenciosa da escola, bem como de tentar transformá-la, lá onde ela se dá a ver os seus efeitos: no cotidiano das salas e corredores escolares, em meio a diários de controle de frequência, grades físicas e curriculares, avaliações e provações de todo tipo, bedéis e administradores escolares, controle e serialização dos tempos, legitimação de determinados saberes em detrimento de outros, imposição de regras de conduta e formas de controle da vestimenta e da linguagem, entre outros (MASCARENHAS, 2018).

Mas com o advento do conservadorismo de direita que atingiu grande parte dos países no limiar do século XXI (mais precisamente nas duas primeiras décadas), os avanços propostos por grandes teóricos da educação até então consensuados e consolidados, se viram novamente ameaçados por visões de mundo mecanicistas, baseadas na máxima utilidade e produtividade das grandes massas.

É justamente neste contexto que o presente artigo via metodologia de pesquisa bibliográfico-documental segundo os parâmetros de Gil (2002), Lakatos e Marconi (2009) busca subsídios qualitativos amparados em Révillion (2003) e Malhotra (2006) para evidenciar os efeitos do programa EsP no cotidiano escolar, se valendo dos ideais e da criticidade de Foucault para compreender melhor este processo de transformação na educação.

Como ferramental de análise do conteúdo coletado em fontes primárias e secundárias da informação empregou-se a sistemática de Bardin (1979) com fins de melhor organização, tratamento e

compreensão dos termos, conceitos e teses envolvidos na concepção dos diversos autores revisitados.

O CONTEXTO EM FOUCAULT

Nas palavras de Moreira (2004), encontramos a melhor definição do filósofo e teórico social francês Michael Foucault, autor de uma extensa bibliografia multidisciplinar:

Não é tarefa fácil resumir, de modo simples, claro, preciso e rigoroso, o pensamento de um autor de textos densos e complexos, como Michel Foucault, nos quais idéias, categorias e métodos se elaboram, apresentam, transformam, aprofundam e enriquecem ao longo do tempo e da obra. A ausência de sistematização dos conceitos e das idéias que norteiam as análises, bem como os diferentes sentidos que certas categorias assumem em distintos escritos, tornam a tarefa similar à do detetive que, envolto em intrincadas e confusas pistas, procura ordenar, classificar, averiguar e compreender os fatos ocorridos. Diferentemente do detetive, porém, quem procura sistematizar o trabalho de um "filósofo edificante" não chega jamais à "verdade" dos fatos, mas sim a uma leitura, a uma possibilidade, entre outras, de exploração. Mais difícil ainda, parece-me, é pensar a vasta obra de Foucault tendo em vista sua aplicação a um campo amplo, mutável e multifacetado como a educação. À dificuldade de condensar idéias, agrega-se a de refletir como elas podem ser úteis na problematização de práticas e teorias educacionais (MOREIRA, 2004).

Foucault, entre outras características, sempre se apresentou como um crítico da instituição escolar, por isso este autor se constitui em base fundamental para analisar e diagnosticar o nosso presente, propondo abordagens contemporâneas para entender as instituições e os sistemas de ensino.

Foucault (2007) descreve que o investimento da sociedade capitalista começa pelo corpo biológico e somático, com a alimentação saudável como uma estratégia biopolítica. Para o autor, a promoção da saúde e da alimentação saudável é uma forma do governo operar seu poder, e é primordial conhecer os efeitos específicos dos discursos verdadeiros e reconhecer que a verdade não existe fora do poder ou sem poder.

Em Furtado e Camilo (2016) é possível perceber a dinâmica do biopoder enquanto conceito auxiliar na compreensão das formas atuais de governo, bem como de suas condutas, onde na obra “Nascimento do Biopoder”, Foucault (2008) pontua que este assume duas vertentes: uma anátomo-política do corpo concentrando dispositivos disciplinares responsáveis por extrair dos corpos humanos sua força produtiva via controle do tempo e do espaço no âmbito de instituições, tais como, as escolas, as prisões, os hospitais e as fábricas. Enquanto a segunda vertente denominada biopolítica da população é voltada essencialmente à regulação das massas por meio de saberes e práticas gerenciadores destas (natalidade, longevidade, migração, etc.).

Sendo a escola, uma das instituições de discurso de verdade e poder, enfatizada por Foucault, busca-se com o presente estudo empreender uma análise comparativa de suas principais ideias com questões pretensamente educacionais propostas pelo Programa EsP.

Sob este aspecto, encontramos em Foucault (2001) as bases para a relação da disciplina – enquanto mecanismo de poder - na sociedade e em específico no dispositivo escolar:

[...] a 'disciplina' não pode se identificar com uma instituição nem como um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é

uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições 'especializadas' (as casas penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), [...]. Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar [...] (FOUCAULT, 2001).

A realidade da relação de poder percebida em Foucault contrasta com os ideais propostos por Freire (1986) quando divide a educação em duas correntes distintas, quais sejam: a concepção de educação bancária e a educação problematizadora humanística, onde uma visão de educação mais libertadora possui plenas condições de capacitar os educandos a transformarem o mundo em que vivem a partir do desenvolvimento do senso crítico.

A tese da biopolítica de Foucault (2008) se constitui em base de referência para a crítica do programa EsP, porque percebemos nela elementos substanciais que reforçam o caráter de assujeitamento da comunidade escolar aos interesses de uma parcela da sociedade nominada pelo autor de "disciplinar". Também Gadelha (2009) amparado nas reflexões de Foucault a respeito da relação biopolítica- educação reforça que, temas tais como o empreendedorismo, a globalização, a financeirização da economia, as relações familiares, a teoria do capital humano e a revolução tecnológica-informacional entram no escopo de sujeição da escola aos anseios de uma determinada classe.

Sob este aspecto, Gadelha (2009) deixa ainda mais claro como a educação e mais especificamente a escola, se constituem politicamente em veículos e lugares de controle do corpo da população:

Em primeiro lugar, lembremos que a pedagogia, a educação e a escola foram e ainda são frequentemente acionadas, como elementos auxiliares, complementares e às vezes até mesmo essenciais, para a viabilização de iniciativas, programas e/ou campanhas que envolvem seja o esclarecimento, a prevenção e outros cuidados com a saúde das massas, particularmente, da população infanto-juvenil (campanhas de vacinação, de higiene bucal, programas de nutrição infantil, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, educação física, etc.) [...]. Em segundo lugar, assinalemos que, em meio a tudo isso, elas também acolhem, reproduzem e reforçam determinadas prescrições normativas, hábitos e condutas estreitamente vinculados à regulamentação e ao controle dos fenômenos inerentes à população, mas provindos de outras instituições e/ou setores sociais (GADELHA, 2009).

Segundo Paulo Freire em entrevista com Pelandre (2009), a prática educativa é um ato político. Se não houver uma mudança radical, continuaremos sendo epistemologicamente curiosos. Sendo assim, a curiosidade não é gratuita e nem neutra. O conhecimento desta curiosidade nos faz obter a base de uma opção, do sonho e utopia que são políticos. Assim, podemos dizer que nunca houve uma educação neutra, e sim que ela é uma prática política, e que a alfabetização é uma fase importante, um dos primeiros passos da prática docente, da prática educativa.

A questão da criticidade enquanto elemento fundamental na formação do cidadão encontra em Georgen (2010) fundamentos preconizados também por Marx ao tratar do tema da alienação do indivíduo, intentada, sobretudo no meio escolar nos tempos atuais por meio do discurso político:

[...] Nenhuma pessoa vive sem certo nível de adaptação à vida corrente, mas a identificação exagerada pode representar renúncia à consciência crítica, que é

elemento fundante da autonomia e da identidade pessoais (GEORGEN, 2010).

Assim, por meio da abordagem de autores transdisciplinares estabelece-se e aprofunda-se a relação do poder disciplinar do dispositivo escolar sob a comunidade que o envolve e, onde o senso crítico do cidadão em formação pode estar sendo impactado (ou não) por iniciativas políticas como o projeto EsP.

Este artigo se propôs estudar justamente em que medida este impacto tem se dado, caso haja evidências ou sinais que apontem para tal constatação.

O QUE VEM A SER O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Segundo descreve Pereira (2020) o Movimento Escola sem Partido emerge em 2004, no ideário do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib que frente a um hipotético fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais de cunho esquerdo-comunistas, pressupõe uma consequente doutrinação e cerceamento da liberdade do estudante em aprender.

Longe de uma linguagem técnica, os preceitos do movimento tomam corpo junto ao senso comum e tem o seu ápice em 2014, ano em que o conjunto das ideias até então desconexas se consolidam sob a forma de Projeto de Lei (PL), do então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e também na forma de PL na Câmara Municipal do RJ sob a égide do Vereador Carlos Bolsonaro.

Já em 2015, após se alastrar por diversos municípios e estados brasileiros (criando inclusive, uma situação inusitada no Estado de Alagoas onde o regramento local se sobrepôs ao ordenamento jurídico-

constitucional), chega ao Congresso Nacional o PL 867 do Deputado Federal Izalci Lucas.

Ainda no âmbito político o PL original foi apensado de outros correlatos ao longo de sua tramitação na Câmara Federal e em 2018, após trancamento da pauta de discussões por diversas vezes, acabou sendo arquivado.

Em 2019, com a renovação do Congresso após as eleições, voltou à pauta de discussões no formato do PL 246 encabeçado pela Deputada Bia Kicis permanecendo segundo o site de consultas de andamento de proposições da Câmara de Deputados, parado na Mesa Diretora da casa aguardando novos encaminhamentos (BRASIL, 2015).

Para melhor compreensão e análise do que vem a ser o Programa EsP é essencial conhecer seus pontos mais polêmicos e, entre estes constam de seus parágrafos primeiro e segundo do *caput* do PL 867 a proposta de afixação em local de visibilidade na instituição escolar (entradas das salas de aula e/ou salas de professores) de cartaz com dimensões especificadas no próprio PL publicitando deveres do docente, tais como: a obrigatoriedade de o professor não se aproveitar da audiência cativa dos alunos, objetivando cooptá-los para determinadas correntes políticas, ideológicas ou partidárias; o não-favorecimento ou vantagens aos alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; o não-exercício de propaganda político-partidária em sala de aula nem incitação de seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; ao abordar questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o docente deve apresentar aos alunos com a mesma profundidade e seriedade as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas rivais sobre o assunto; o respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação

moral que esteja de acordo com suas próprias convicções e; por fim, o cartaz proposto pelo PL ainda obriga o professor a zelar e não permitir a violação, pela ação de terceiros no interior da sala de aula, dos direitos elencados.

Para além de incidir sobre os docentes e a comunidade escolar como um todo, o PL 867 ainda prevê, no caso de sua aprovação no Congresso e consequente transformação em lei, alcançar o vestibular no ensino superior, concursos para docência, livros didáticos e paradidáticos.

Os demais PLs apensados ao 867/2015 agregam proposições que vão do direito de pais e alunos gravarem/filmarem as aulas ministradas na instituição escolar, até a supressão de conteúdos ligados à questão de gênero, de diversidade sexual, de ideologia política e de educação religiosa.

OS ELEMENTOS DE DOCTRINAÇÃO IMPLÍCITOS

Na seção intitulada “Justificação”, constante do PL 867 é possível perceber uma série de argumentos elaborados no intuito de sensibilizar seu implemento junto aos parlamentares, dentre estes chamam a atenção os itens de número 10 e 11 que, versam sobre a doutrinação tanto no aspecto institucional favorecendo a corrente política dominante, quanto no aspecto de alienação da comunidade escolar com citação do art. 53 do ECA (sobre o direito de os estudantes serem respeitados).

Ocorre que, em tendo sido inicialmente elaborado sob demanda de setores da sociedade formados por partidários, simpatizantes e correntes ideológicas conservadoras (bancadas da bala, da bíblia e do boi) intimamente ligadas ao presidente Bolsonaro, o próprio PL seria

(caso aprovado e sancionado) utilizado para responsabilizar e penalizar seus pretensos criadores/demandantes.

Uma vez que, conforme relato do professor André Azevedo da Fonseca (UEL) ao site Huffpost (2017) o próprio presidente (à época deputado e candidato presidencial) foi aclamado durante carreata a colégio militar, com hino entoado sob indução por alunos e com saudações orais glorificadas de “salvador da nação”.

Outro fato público e notório se deu em 2019, quando o recém-empossado Ministro da Educação Véllez Rodríguez enviou a diretores de escolas públicas e privadas de todo o país, comunicado solicitando que no primeiro dia de retorno às aulas, toda a comunidade escolar fosse perfilada para execução do hino nacional com leitura posterior de carta contendo o *slogan* de campanha (Brasil acima de tudo - Deus acima de todos) do então candidato à presidência da república Jair Bolsonaro (BBC NEWS, 2019).

Em ambos os casos fica clara a intenção institucional de se produzir corpos dóceis via doutrinação no âmbito escolar, conforme descreve Foucault (2001):

Exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “`a subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 2001).

Arendt (2007) também chama a atenção para um aspecto relevante em relação à supressão do debate político em sala de aula e que observamos estar implicitamente contido no Programa EsP. Trata-se da tentativa incisiva de intimidar o professor a não abordar temas com forte viés político-partidário junto ao alunado, sob pena de em sendo

mal interpretado e conseqüentemente reportado/denunciado à Secretaria de Educação como preconiza o Art. 7º do PL 867, acabar punido injustamente. Neste caso, compreende-se que ao se retirar a política do cotidiano escolar, prejudica-se deliberadamente o desenvolvimento do ser humano (GUILHERME e PICOLI, 2018).

AS POSSÍVEIS DIFICULDADES QUE O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO PODE LEVAR PARA O COTIDIANO ESCOLAR

Um dos maiores riscos para o cotidiano escolar, com a aprovação de um PL que venha a atender os atuais anseios do Movimento EsP e de seu Programa, é justamente o cerceamento à pluralidade de ideias e a perda do diálogo (apesar da falsa afirmação destes grupos de que tais aspectos serão mantidos), elementos preconizados por Freire (2003) como os abridores de espaços para o conhecimento.

Outro risco eminente compreende o que Foucault (2004) pontua em relação à transformação dos homens em sujeitos passivos por meio de um sistema de coerção. Isto é observado quando percebemos que a intenção implícita no PL da EsP é justamente coercitiva, no sentido de acuar o professor em sua espontaneidade dialógica, tanto via filmagens de suas aulas, quanto pela imposição de fixação de cartazes restritivos à sua atuação.

Também é essencial citar que para uma formação holística do aluno-cidadão que preze por uma autonomia intelectual voltada à sua emancipação, assuntos considerados ou classificados como complexos, restritivos ou tabus para uma parcela minoritária da sociedade conservadora e em descompasso com a realidade atual do século XXI, devem ser tema constante em sala de aula em prol da criticidade e amadurecimento do corpo discente, preparando-os para a vida fora de uma redoma. Neste ponto, Henz (2010) deixa claro que:

A escola propicia ao educando a vivência do que ele chama de “genteidade”, o homem vai descobrindo e assumindo sua complexidade através do “entrelaçamento do individual com o social, histórico e cultural, por meio de sonhos, angústias, ideias, necessidades, crenças, desejos, afetividades, projetos, medos e esperanças. Nela e com ela, homens e mulheres poderemos ir descobrindo-nos como totalidades complexas, partes de uma totalidade ainda maior, gostando de ser gente, sabendo-nos condicionados (as) e inconclusos (as) e, por isso mesmo, capazes de ser mais, com a ousadia de correr o risco da aventura histórica como possibilidade de vislumbrar e construir horizontes mais esperançosos” (HENZ, 2010).

O site da UBES (2018) trás uma questão chave que sofre risco eminente de desaparecer da sala de aula (caso o PL da EsP seja aprovado) enquanto espaço livre de debate e de busca por mudanças no trágico cenário nacional da violência social.

Trata-se da incessante opressão sofridas por mulheres, população negra, indígena, imigrantes refugiados e minorias sexuais no Brasil da atualidade com protagonismo para o grupo LGBTQ+, onde o país lidera segundo informações do relatório GGB (2017) amparado em dados de Michels (2017) o *ranking* internacional de violência contra LGBTQs.

Este, assim como outros temas que permeiam o cotidiano das sociedades mundiais e por consequência, as instituições privadas e/ou públicas em todos os níveis inclusive as unidades educacionais com reflexos nas comunidades em seu entorno, tem como solução possível a educação das novas gerações para uma conscientização do que preconizam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira assegurando o direito à vida, a igualdade de direitos e ao respeito de todos indiscriminadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essencialmente, o Programa EsP busca restringir e vigiar a atuação de professores em sala de aula reduzindo seu papel a uma performance meramente figurativa e voltada para a instrução tecnicista, ou seja, longe de uma visão holística pautada pelo amplo debate onde o diálogo franco se constitui em elemento imprescindível à formação de cidadãos críticos e autônomos em total contraposição ao que preconiza Paulo Freire ao longo de sua extensa bibliografia. Talvez o ambiente escolar seja um dos locais mais adequados e profícuos para o debate franco e honesto de uma série de assuntos que figuram como proibitivos na visão daqueles que defendem o Programa EsP. Perder esta oportunidade de reflexão à luz de especialistas transdisciplinares da atualidade com amparo de grandes pensadores das relações sociais tais como Foucault que se constituiu como autor central da presente obra, pode representar um retrocesso sem precedentes na história recente da educação no país com profundos reflexos nas gerações futuras.

A corrente política denominada de direita conservadora (também conhecida como onda azul) que entre a primeira e segunda décadas dos anos dois mil ascendeu ao poder em vários países do mundo – ênfase para a América do Sul com Macri na Argentina, Piñera no Chile, Franco no Paraguai após golpe de Fernando Lugo, Kuczynski no Peru - incluindo o Brasil com Temer após golpe de Dilma Rousseff e Bolsonaro eleito no pleito de 2019, tem fechado os olhos da sociedade para o debate de temas contemporâneos que (se bem equacionados) conferem visível potencial de nos alçar a um nível acima nas relações humanas, intelectuais e, sobretudo diplomáticas com reflexos nas demais áreas de extrema relevância para o desenvolvimento

geopolítico do nosso país, por isso se faz urgente e necessário o engajamento de todos os cidadãos na causa da educação.

Democracias maduras pressupõem disposição para discussão de temas de toda ordem que afligem suas respectivas sociedades, a adoção de estratégias que visem ignorar ou postergar tais temas, tendem ao isolacionismo numa comunidade global que valoriza a integração de cidadãos transnacionais abertos ao diálogo e as novas formas de interação. Este artigo buscou contribuir para uma maior compreensão do que vem a ser o programa EsP, espera-se que o mesmo fomenta futuros debates quanto as consequências da aprovação de seu PL não apenas para o cotidiano escolar, bem como para a sociedade brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BBC NEWS. **Governo Bolsonaro**: MEC pede que escolas toquem hino e leiam carta com slogan de Bolsonaro; advogados criticam. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365603>>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Câmara de Deputados. **PL 867/2015**: programa escola sem partido. Programa Escola Sem Partido. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668&ord=1>>. Acesso em: 14 out. 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, M. O Cuidado com a verdade. **In:** MOTTA, M. B. da (Org.). Foucault: Ética, sexualidade, política. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O Conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação:** introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. GGB. Relatório Grupo Gay da Bahia 2017. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/01/18/brasil-campeao-mundial-de-crimes-lgbt-fobicos/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOERGEN, P. **Educação e diálogo.** Maringá: EDUEM, 2010.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2021.

HENZ, C. I. Dialogando sobre cinco dimensões para (re)humanizar a educação. **In:** ANDREOLA, B. A. et al. (orgs.). Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 49-62.

HUFFPOST. **Com a doutrinação de Bolsonaro, Escola Sem Partido se tornou refém de sua própria convicção.** 2017. Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/andre-azevedo-da-fonseca/com-a>>

[doutrinacao-de-bolsonaro-escola-sem-partido-se-tornou-r_a_23073107/](#)>. Acesso em: 15 out. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria; hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa em marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisas; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.
MICHELS, E. **Mortes de LGBT+ no Brasil (2011-2017)**. 2018. Hemeroteca Digital/Banco de Dados. Disponível em:
<<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/assassinatos-2012/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MOREIRA, A. F. B. O Pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 611-615, ago. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2021.

PELANDRE, N. L. Entrevista com Paulo Freire. **Eja em Debate**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.13-28, jun. 2014.

PEREIRA, L. C. **Movimento Escola sem Partido**. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

RÉVILLION, A. S. P. A Utilização de pesquisas exploratórias na área de marketing. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, Maringá, v.2, n.2, p. 21-37, Jul./Dez. 2003. Disponível em:
<<http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/26692>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

UBES. **Entenda quais são os perigos do projeto Escola sem Partido**. 2018. Disponível em: <<https://ubes.org.br/2018/entenda-quais-sao-os-perigos-do-projeto-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.